QUALIFICAÇÃO E EMPREGABILIDADE: A INFLUENCIA DO CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO NO PERFIL DOS INSTRUTORES DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Tiago Antônio da Silva Jorge[1]- UFMG

tiagojroge@bol.com.br

Resumo

O presente artigo propõe-se a analisar o perfil de instrutores de cursos de qualificação profissional diante de um contexto político e econômico em que surge a necessidade de uma complexificação em tais cursos. Para tanto, será feita uma análise dos relatórios de avaliação do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, no que diz respeito, principalmente, aos tópicos de avaliação referentes aos educadores dos cursos de qualificação oferecidos.

Abstract

The present article intends to do an analysis about the profile of instructors in courses of professional qualification in a economic and politician context , where appears the necessity of improvement in such courses. For this, will be made an analysis of the reports of evaluation of the National Plan of Qualification - PNQ , in what it says respect, mainly, the topics of evaluation concerning to the educators of the courses of qualification offered.

Um breve histórico acerca do mercado de trabalho no Brasil

[1] Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – FAE-UFMG. Pesquisador do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente – GESTRADO – FAE – UFMG

Devido à implementação e consolidação de um projeto nacional de industrialização e da institucionalização das relações de trabalho que ocorreu por meio da difusão e consolidação da legislação trabalhista, o mercado de trabalho no Brasil, no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1970, apresentou uma estruturação baseada no emprego regular e assalariado, ocorrendo um movimento de consolidação dos segmentos organizados de ocupação.

Os anos 1980 representaram um período de início de ruptura com essa tendência geral de funcionamento do mercado de trabalho. Segundo Pochmann (2002, p.71),

> "O colapso do padrão de financiamento da economia brasileira no início dos anos 80, por conta da crise da dívida externa, levou à adoção de um conjunto de programas de ajustes macroeconômicos, que até hoje inviabilizaram a retomada do crescimento econômico sustentado. No cenário de estagnação, de fortes e rápidas oscilações econômicas e num contexto hiperinflacionário, o país terminou rompendo com a tendência de estruturação do mercado de trabalho inaugurado ainda nos anos 30".

Em função de fatores externos como a escassez de recursos financeiros internacionais aos países endividados, o Brasil encontrando-se entre eles, manteve uma política de geração de elevados superávits comerciais através da adoção de um programa de exportações e de substituição de importações como forma de atender ao pagamento da dívida externa. Estas medidas impediram que houvesse uma evolução negativa dos empregos assalariados e uma queda drástica na geração de postos de trabalho. Além disso, a criação de barreiras à entrada de produtos estrangeiros garantiu o consumo dos produtos provenientes da indústria brasileira, independente da sua qualidade e custo de produção. Como conseqüência, Fogaça (1992) destaca que o fato de não haver concorrência no mercado interno levou grande parte da indústria brasileira a não se preocupar em acompanhar os avanços tecnológicos tornando-se, ao longo do tempo, uma indústria com níveis de produtividade e qualidade

bastante inferiores aos característicos de economias desenvolvidas. O reflexo disso se deu nos anos 1990, onde os sinais da desestruturação do mercado de trabalho se tornaram mais evidentes. A orientação da política econômica volta-se para a reinserção da economia brasileira na comunidade financeira internacional, passando a subordinar o desenvolvimento do mercado interno à competitividade do mercado externo.

> "A política econômica dos anos 90 passa a estar pautada pela liberalização do mercado financeiro nacional, com o objetivo de atrair volumes de capitais que hoje circulam cotidianamente nas bolsas de valores e nos mercados de commodities, e pela abertura indiscriminada do mercado interno à concorrência externa. Os efeitos do novo contexto econômico sobre o mercado de trabalho formal foram claramente negativos". (Dedecca, 1998, p.152).

Somou-se a um desemprego estrutural histórico, um fenômeno relativamente novo, relacionado ao desemprego decorrente do esgotamento de um ciclo de expansão. Ou seja, ocorreu uma mudança na natureza do desemprego no Brasil. Além do problema da incorporação da mão-de-obra no mercado de trabalho, ocorreu também a expulsão de um contingente significativo de trabalhadores do mercado formal em conseqüência da crise econômica.

Esse contexto acaba por gerar a necessidade de uma intervenção do Estado através de políticas sociais compensatórias. Mas Abranches (1998) chama a atenção para as características das políticas sociais destacando que:

> "A política social não pode ficar circunscrita apenas aos chamados problemas sociais. Ela requer uma nova política econômica, capaz de induzir mudanças que permitam, de um lado, elevar o patamar de renda das populações pobres e, de outro, redirecionar, em parte, o padrão de produção/consumo, de modo a assegurar melhores condições

> de acesso da população ao conjunto de bens e serviços essenciais. Ou seja, uma política social consistente e que objetive resultados permanentes, requer políticas industriais, agrícolas e de abastecimento em sintonia com esses objetivos e, sobretudo, orientadas por esses objetivas". (Abranches, 1998, p.28).

Todavia, em um contexto de predomínio de políticas de cunho liberal, a intervenção do Estado se dá de forma diferenciada. Salama e Valier (1997) procuram entender as especificidades dessas políticas sociais liberais e apontam três características principais. A primeira característica é que são políticas voltadas para os extremamentes pobres. Ou seja, dentro do pensamento liberal, a diminuição da pobreza se dará através da retomada do crescimento por meio das reformas liberais. As políticas voltadas para os extremamente pobres "avalia-se que é necessário solucionar os desequilíbrios sociais mais urgentes e portanto que o Estado deve, neste sentido, implementar políticas sociais orientadas exclusivamente nas categorias mais desfavorecidas". (Salama e Valier, 1997, p.117).

A segunda característica apontada pelos autores mostra que são políticas sociais de assistência-benfeitoria e de privatização, onde o Estado intervém, mas sem buscar uma universalização dos direitos sociais.

> "Em suma, assiste-se a uma dupla saída do sistema de proteção social. Por um lado, as camadas ricas e médias, que constituíam os principais beneficiários do sistema de proteção social antes de este entrar em crise, o abandonam e voltam-se cada vez mais para uma prestação de serviços sociais via mercado. Por outro lado, os mais pobres, que estão hoje com menos condições ainda de desfrutar da proteção social do que ontem, estão reduzidos a ser o alvo dos programas focalizados de assistência". (Salama e Valier, 1997, p.120).

A terceira característica apontada mostra que são políticas sociais descentralizadas e recorrendo a uma participação popular. A focalização das políticas sociais é justificada pela busca de uma maior eficiência e racionalização dos gastos, assim como por uma facilitação na interação entre recursos governamentais e não governamentais para o financiamento das ações sociais. Além disso, são criados mecanismos de participação de organizações da sociedade civil na elaboração e acompanhamento das políticas.

A qualificação profissional como política ativa de emprego

As mudanças acima apresentadas, que tiveram grande impacto sobre o mercado de trabalho, associaram-se à ausência de um aparato institucional adequado, incentivando, assim, uma discussão em torno das políticas públicas de trabalho, geração de renda e qualificação profissional, o que levou a uma mudança no enfoque de tais políticas, que deixou de ser centrado somente na busca do crescimento econômico, passando-se a buscar uma integração entre os diversos mecanismos institucionais e os programas que compõem tais mecanismos. Ganha destaque também, a necessidade de qualificação profissional, em que a educação para o trabalho deixa de ser equacionada principalmente para as empresas e passa a se tornar interesse do trabalhador e da própria sociedade, inclusive como dimensão do resgate da cidadania.

> "A convivência com novas tecnologias, seja como operário qualificado e/ou semi-qualificado, seja como consumidor ou usuário, exige dos indivíduos, antes de qualquer outra formação específica que possa receber da escola ou da empresa, uma sólida base de conhecimentos gerais. Esta base de conhecimentos é colocada como pré-requisito, como uma condição *sine qua non* de integração não só às atividades produtivas, mas à própria sociedade onde

> predomine o paradigma da automação flexível[2]". (Fogaça, 1992, p.23).

O que é destacado pela autora é que, dentro desse novo paradigma, o conceito de qualificação também ganha novos contornos, onde não é exigido do operário qualificado apenas o domínio de habilidades motoras na execução de tarefas repetitivas, mas sim conhecimentos científicos e tecnológicos. Ou seja, o caráter mecânico e repetitivo característico do paradigma fordista é eliminado. No novo paradigma, é exigido do operário qualificado uma série de qualidades restritas, anteriormente, aos níveis de supervisão e gerencia, bem como a profissionais de nível superior encarregados de planejar os processos de trabalho.

Em relação à Educação Profissional, é importante ressaltar que por meio do Decreto N.º 2.208/97, a Educação Profissional passou a ser estruturada como um sistema paralelo ao regular, mas articulado ao ensino médio no nível técnico. Como segmento distinto à educação regular, passou a se dividir em três níveis listados a seguir. No nível básico encontra-se a qualificação e requalificação de trabalhadores sem que seja levado em consideração o seu nível de escolaridade prévia; o nível técnico destina-se a proporcionar habilitação profissional para alunos matriculados ou egressos do ensino médio; já o nível tecnológico, corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, sendo destinado a egressos do ensino médio e ensino técnico.

Com o Decreto 2.208/97, os cursos técnicos passaram a ter uma organização curricular própria e independente do ensino médio, sendo oferecidos de forma concomitante ou seqüencial ao ensino médio. Ocorre com isso, do ponto de vista conceitual e operacional, uma separação entre a parte profissional e a parte acadêmica. Cunha (2005, p.256) destaca que "a independência, também chamada de desvinculação, entre o ensino médio e o ensino técnico permitiria resolver a distorção diagnosticada entre eles,

[2] O termo automação flexível é utilizado por Fogaça (1992) e refere-se a modificações na organização do trabalho, que levam tanto a uma revisão da distribuição espacial das áreas de produção nas indústrias, como a uma mudança nas hierarquias ocupacionais. O termo automação flexível é colocado em contraposição à automação rígida, presente no paradigma fordista/taylorista. Para maiores informações ver **CORIAT**, Benjamim. A revolução dos robos: o impacto socioeconomico da automação. São Paulo: Busca Vida, 1989.

pois este último somente seria procurado pelos jovens que tiverem efetivo interesse na profissionalização para emprego imediato". Esta separação demonstra bem a concepção referente à educação profissional presente na época, o que é reforçado também pela concepção do nível básico, onde se inserem os planos de qualificação que são objeto de estudo no presente trabalho. Nas palavras de Fogaça e Salm (1999, p.220):

> "Em outras palavras, para os que apresentam pouca escolaridade, repete-se a formula tradicional de oferecer cursos de qualificação de duração variável, centrados exclusivamente na formação específica e que, por isso mesmo, não contribuem para a elevação do nível de escolaridade do trabalhador. Para aqueles que ultrapassaram a barreira do ensino fundamental, pretende-se a transformação de cursos que hoje, bem ou mal, estão vinculados a uma formação mais geral (o núcleo comum do ensino médio), em módulos de caráter instrucional, que inclusive devem servir também aos jovens e adultos que já concluíram ou estão cursando o segundo grau. Salvo melhor juízo, estaríamos consagrando uma concepção de qualificação profissional que se opõe ao próprio discurso modernizador do MEC e do MTE".

Dentro dessa reestruturação, um conceito que ganha centralidade é o de empregabilidade, em que é desenvolvida a idéia de que cabe ao trabalhador se qualificar e se tornar empregável para uma diversidade maior de postos de trabalho, colocando como responsabilidade (ou culpa) do próprio trabalhador a sua inserção e permanência no mercado de trabalho.

> "O trabalhador precisa manter-se competitivo no mercado de trabalho; por isso, deve se preocupar em fazer cursos complementares à educação básica, de forma continuada para sua qualificação e atualização. Por isso também deve adquirir as competências necessárias para driblar um

> contexto bem mais excludente. O simbolismo que vem carregado na noção de competência intenta fazer do trabalhador um sujeito não-reagente, portanto disciplinado frente às exigências do mercado de trabalho. Esse é um aspecto importante para a análise da educação profissional no País". (Ferreira, 2006, p.16).

Ou seja, a noção de empregabilidade transfere a responsabilidade do desemprego para o fato do trabalhador não se adequar às exigências de qualificação colocadas pelo novo paradigma produtivo. Seria como se houvesse oferta de trabalho para toda a população economicamente ativa, cabendo ao trabalhador adequar-se às exigências da oferta de emprego.

Essa análise é embasada na chamada Teoria do Capital Humano (TCH). Para Frigotto (1989, p.41), a TCH é uma teoria fundada nos supostos neoclássicos, tratando-se de uma "teoria de desenvolvimento", que postula uma ligação linear entre desenvolvimento e superação da desigualdade social, mediante a qualificação, porque levaria a uma produtividade crescente.

> "A Teoria do Capital Humano partia da suposição de que o indivíduo na produção era uma combinação de trabalho físico e educação ou treinamento. Considerava o indivíduo produtor de suas próprias capacidades de produção, por isso denominava investimento humano o fluxo de despesas que o próprio indivíduo devia efetuar em educação para aumentar a sua produtividade". (Oliveira, 2000, p.223).

Ainda tratando sobre a TCH, Machado (1989, p.118) destaca que, dentro dessa teoria, a principal motivação para a resolução dos problemas existentes nas relações entre educação e emprego são de base econômica. Nesta perspectiva, existem vagas disponíveis e não preenchidas adequadamente por falta de recursos humanos correspondentes. "Trata-se de uma noção de qualificação baseada na idéia de capital humano, que nasce associada à defesa da modernização capitalista, através da

industrialização e do estabelecimento do padrão fordista de organização e gestão do trabalho". (Manfredi, 2007, p.13).

Dentro dessa perspectiva, a renda é vista como resultado da produtividade, onde a principal explicação da diferença de rendimentos era atribuída à diferença na capacidade de produção. Nesse sentido, a educação passou a se configurar como um importante instrumento de ajuste social e distribuição de renda ao contribuir para o aumento da produtividade. Essa idéia é resgatada pela noção de empregabilidade descrita anteriormente, em que é defendida a idéia de que, por meio de investimento na educação o indivíduo se tornaria mais atrativo para ocupar um lugar no mercado de trabalho. Nas palavras de Oliveira:

> "É a velha noção de acumulação primitiva tão criticada por Marx na sua grande obra O Capital. Trata-se da justificativa moral da desigualdade social, a partir de uma falsa noção de igualdade formal. O que no passado era colocado como imperativo para a mobilidade social, hoje é resgatado como única possibilidade de empregabilidade. Se outrora o que estava em disputa era um trânsito na estrutura social, no presente trata-se da inclusão nessa estrutura". (2000, p.224).

O reflexo desse contexto acaba por influenciar o sistema educacional que passa a ter que se adequar às novas necessidades apresentadas. Conforme é demonstrado por Fogaça (1992, p.15) que destaca a:

> (...) necessidade de adequação do sistema educacional brasileiro a uma nova fase do desenvolvimento econômico, particularmente do desenvolvimento industrial, num paradigma tecnológico que muda substancialmente o papel da educação e confere aos sistemas de ensino maior responsabilidade no que se refere à inserção dos indivíduos na esfera produtiva. Esta adequação, tal qual como já ocorreu em outros países, pressupõe a construção e adoção

de novos conceitos pedagógicos que acabam por determinar amplas reformas educacionais.

Tudo isso, acaba por desarticular a formação escolar para o trabalho, transformando políticas de qualificação profissional não em políticas educacionais, mas em políticas de geração de trabalho e renda vinculadas ao Ministério do Trabalho. A qualificação passa a se caracterizar como política ativa de emprego, partindo-se do pressuposto de que é necessário qualificar parte da População Economicamente Ativa, atendendo à demanda do mercado de trabalho por mão-de-obra qualificada.

A qualificação como forma de inserção no mercado de trabalho: O Plano Nacional de Qualificação (PNQ)

A principal característica dos planos de qualificação desenvolvidos a partir da década de 90 no Brasil relaciona-se ao fato de serem planos financiados com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A instituição do FAT em 1990 permitiu que se organizasse um aparato institucional com o objetivo de realizar as políticas de apoio a desempregados e a segmentos da população em situação de risco social. O FAT é um fundo especial, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio de mecanismos compensatórios frente ao desemprego, proporcionando ao trabalhador alguma proteção financeira no momento do desemprego.

Os dois planos de qualificação profissional desenvolvidos nesse período foram o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR)[3] e o Plano Nacional de Qualificação (PNQ). O trabalho desenvolvido neste artigo se deu com base em documentos de avaliação do PNQ. Esta escolha

[3] O PLANFOR vigorou no período de 1996 a 2002. A proposta do PLANFOR era de dinamizar a qualificação profissional através de uma articulação e integração entre a qualificação profissional e as demais políticas públicas de geração de trabalho e renda, procurando manter um caráter complementar em relação à educação básica enquanto direito constitucional do cidadão. O PLANFOR teve como objetivo principal o desenvolvimento de ações de educação profissional buscando contribuir para a redução do desemprego e subemprego da População Economicamente Ativa (PEA); combater a pobreza e a desigualdade social; assim como elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo. (MTE, 2001).

se deu pelo fato de se tratar de um plano elaborado a partir da identificação de problemas em relação ao plano anterior com propostas superação de tais debilidades. Ou seja, ao mesmo tempo em que mantém elementos do PLANFOR, o PNQ se propõe a apresentar inovações em relação ao seu antecessor, o que nos permite trabalhar com um programa que mantém estruturação semelhante à do PLANFOR, com algumas alterações.

O PNQ foi concebido como parte do Plano Plurianual (PPA) – 2004-2007 do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, articulando diretrizes, procedimentos e ações de desenvolvimento social e qualificação profissional. A partir do PNQ busca-se promover inclusão social efetiva, tendo como base a articulação entre qualificação profissional, o conjunto das demais políticas públicas de geração de trabalho e renda e um processo de gestão participativa dos recursos e ações dirigidos para este fim, envolvendo todos os atores sociais vinculados por essas políticas.

O principal objetivo a que se propõe o PNQ é o de promover o desenvolvimento econômico e social, por meio da geração de trabalho e renda como objeto de planejamento público. O PNQ foi criado tendo em vista a necessidade de reorientação do modelo de desenvolvimento do país, onde o planejamento voltado para a demanda do mercado de trabalho característico do plano que o antecedeu, o PLANFOR[4], deixa de ser um foco principal, sendo substituído pela expansão do mercado de consumo de massa como estratégia de crescimento, assim como a incorporação progressiva das famílias trabalhadoras ao mercado consumidor.

A forte ênfase à inserção dos beneficiários no mercado formal de trabalho dá lugar à necessidade de criação de formas alternativas de geração de trabalho e renda. Como formas alternativas de geração de trabalho e renda podemos citar cooperativas, associações e outras formas de trabalho autogestionado, que são trabalhadas nos cursos do PNQ como um módulo específico de formação. Nesta perspectiva, a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho (não somente através do emprego formal e com carteira assinada) torna-se fator necessário para alcançar os

[4] O PLANFOR tinha como uma de suas principais características o planejamento de suas ações com base na demanda do mercado de trabalho, onde se buscava a inserção no mercado de trabalho através do emprego formal com carteira assinada.

objetivos do plano. Cabe ressaltar, que estas formas alternativas de geração de trabalho e renda já eram trabalhadas no PLANFOR, mas de forma secundária. A ênfase dada nos documentos relativos ao PLANFOR era a inserção no mercado de trabalho através do emprego formal. Já o PNQ trabalha com a noção de geração de trabalho como forma de geração de renda sem necessariamente ser focado no mercado formal de trabalho. Estas formas alternativas de geração de trabalho e renda são trabalhadas nos cursos do PNQ como um módulo específico e obrigatório.

Diante das características expostas acima, é possível observar uma complexificação do conteúdo dos cursos de qualificação do PNQ, uma vez que, juntamente com o conteúdo específico da formação acontecem outros módulos relacionados à "formas alternativas de geração de trabalho e renda, bem como temas relacionados à cidadania, ao direito ao trabalho, à legislação trabalhista, acesso à saúde e educação, participação social". (Unitrabalho, 2007, p. 22).

A influencia do contexto no perfil dos instrutores de cursos do PNQ

Após o lançamento do PNQ, a implantação de um sistema de monitoramento e avaliação ficou a cargo da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Trabalho (Unitrabalho). A Unitrabalho é uma rede universitária nacional, criada em 1995 e congrega instituições de ensino superior de todo o país. Os dados utilizados neste trabalho foram retirados de documentos da Unitrabalho relacionados à avaliação externa do PNQ de 2003 a 2006.

Um primeiro ponto que pode ser observado em relação à influencia de uma complexificação do conteúdo dos cursos de qualificação no perfil dos educadores relaciona-se ao grau de escolaridade. Enquanto em 2004, 22,4% dos educadores possuía ensino superior completo, em 2005 esse número passou para 29,3% e em 2006 para 32,8%. Outro dado importante relaciona-se à experiência dos educadores. Os dados demonstram que mais de 40% dos educadores contavam com mais de cinco anos de experiência em cursos/programas de qualificação social e profissional.

Os dados acima descritos também demonstram uma preocupação maior por parte das entidades executoras dos cursos com o perfil dos

educadores. Nas entrevistas com representantes das entidades executoras, os critérios indicados como principais para a contratação dos educadores forma a escolaridade seguido de tempo de experiência em cursos de qualificação semelhantes ao do PNQ. É interessante observar que a experiência específica em cursos de qualificação profissional em nível básico é mais valorizada pelas entidades executoras na hora de selecionar os educadores do que a experiência em ensino, incluindo outras modalidades de cursos. Não somente o conhecimento técnico específico da função é valorizado, mas são inseridas outras variáveis tais como escolaridade e tempo de experiência em cursos de qualificação profissional nos moldes dos cursos oferecidos pelo PNQ.

Além disso, cerca de 80% dos representantes de entidades executoras afirmaram haver programa de formação de formadores em suas instituições. A necessidade de uma formação especifica dos educadores se dá pelo fato de se tratarem conteúdos ligados à cidadania, direitos trabalhistas e ao mundo do trabalho de forma conjunta ao conhecimento específico dos cursos. Mesmo assim, é apontado pelos educadores nos resultados da avaliação do PNQ como uma das principais dificuldades encontradas a integração dos temas com conteúdos específicos de qualificação profissional.

Outro ponto a ser destacado relaciona-se ao fato das entidades executoras não manterem instrutores fixos em seu quadro de funcionários. Mais de 90% dos representantes de entidades executoras afirmaram contratar formadores externos para a execução dos cursos de qualificação.

Considerações finais

Uma perspectiva interessante a ser destacada é a demonstrada através do estudo de Pochmann (2002) que analisa os impactos da precarização das condições de funcionamento do mercado de trabalho. Para esse autor, tal fenômeno não pode ser contido somente pela melhoria educacional. Assumir esta postura como solução acaba por gerar desperdício e desgaste de habilidades educacionais em atividades precárias e de baixa qualidade. Dentro desta perspectiva, a TCH mostra-se incorreta,

uma vez que a elevação dos níveis de escolaridade em um contexto de estagnação econômica, baixos investimentos em tecnologia e precarização do mercado de trabalho mostra-se insuficiente para potencializar a geração de trabalho.

> "No decorrer da década de 1990, a condição do emprego não foi superada, e cada vez mais pessoas escolarizadas também sofrem da falta de emprego. Pode-se afirmar que há, na realidade concreta, uma diminuição da importância da escola como canal de mobilidade social ascendente; em contrapartida, domina o fetiche da escolarização como passaporte para conseguir um emprego. O que se pode inferir desse contexto tomado pelo déficit de emprego é que, com o aumento da competitividade, a certificação tornou-se importante porque é um instrumento de negociação entre o capital e o trabalho". (Ferreira, 2006, p.133).

Ou seja, a obtenção de certificados de cursos da educação regular e de cursos de qualificação profissional em nível básico (como os cursos oferecidos pelo PNQ) passa a ser critério determinante para alcançar a condição de empregabilidade. Porém, é possível observar um número cada vez maior de jovens que ocupam empregos inferiores à sua qualificação. Para Castel, tal fenômeno ocorre:

> "Porque a exigência de qualificação não corresponde sempre a imperativos técnicos. Muitas empresas têm tendência a se precaver contra futuras mudanças tecnológicas contratando jovens superqualificados, inclusive em setores de status pouco valorizados. É assim que os jovens portadores de um Certificado de Aptidão Profissional ou de um Certificado de Estudos Profissionais ocupam, cada vez mais, empregos inferiores à sua qualificação. (...) Disso decorre, sobretudo, que os jovens realmente não-qualificados correm o risco de não ter nenhuma alternativa para o desemprego, visto que os

> postos que poderiam ocupar estão tomados por outros mais qualificados que eles. De modo mais profundo, essa lógica ameaça invalidar as políticas que enfatizam a qualificação como o caminho mais glorioso para evitar o desemprego ou para sair dele". (Castel, 1998, p.520).

O que é destacado aqui por Castel é que, mesmo que entre os desempregados existe um número maior de pessoas com pouca qualificação, não é possível fazer uma correlação direta entre um grau maior de qualificação e emprego. Tal fato confirma o que é destacado por Pochmann (2002), quando coloca que na melhor das hipóteses, a elevação do nível de escolaridade assegurou uma renda maior que nos estratos educacionais inferiores, não garantindo o acesso ao emprego e muito menos a uma proteção contra a precarização e a deterioração dos níveis de renda.

Dentro desta perspectiva, a exigência por um grau maior de qualificação nem sempre é condizente com a complexidade da função a ser exercida. Estas características acabam por se extender também para os instrutores dos cursos de qualificação do PNQ, uma vez que, conforme visto anteriormente, é exigido pelas entidades executoras um nível de escolaridade cada vez mais elevado dos instrutores. Tudo isso demonstra que a influencia de uma precarização do mercado de trabalho descrita neste artigo atinge não somente o público alvo dos cursos do PNQ, deixando os instrutores também em um dilema semelhante.

Referências

ABRANCHES, S. H. Política social e combate à pobreza: a teoria da prática. In: ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W. G. e COIMBRA, M. Política social e combate à pobreza. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Plano Nacional de Qualificação – PNQ: 2003-2007. Brasília, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Plano Nacional de Qualificação – PNQ. Resolução n.º 333 CODEFAT. Brasília, 2003.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Reorganização das Relações de Trabalho no Brasil. A Flexibilidade é a única alternativa? In: Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90. Antônio Moreira de Carvalho Neto e Ricardo Augusto Alves de Carvalho (orgs). Belo Horizonte, IRT-PUCMinas, 1998.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. A Educação Profissional no Planejamento Plurianual do Governo FHC. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2006.

FOGAÇA, A. Modernização industrial: um desafio ao sistema educacional brasileiro. In: A educação e os trabalhadores. São Paulo: Editora Página Aberta, 1992.

FOGAÇA, A. e SALM, C. A propósito do seminário sobre educação, força de trabalho e competitividade. In: ALBUQUERQUE, R. C. e VELLOSO, J. P. Um modelo para a educação no século XXI. São Paulo: José Olympio Editora, 1999.

FRIGOTO, G. A produtividade da escola improdutiva. São Paulo: Cortez, 1984.

LIMA, A. A. A qualificação no sistema público de emprego: uma análise a partir das resoluções do CODEFAT. In: Oliveira, Roberto Véras (org.). Novo momento para as comissões de emprego no Brasil? São Paulo: A+Comunicação, 2007.

MANFREDI, Silvia Maria. Qualificação e educação: reconstruindo nexos e inter-relações. In: Saul, Ana Maria e Freitas, Cleber de Freitas (Orgs.). Políticas públicas de Qualificação: Desafios atuais. São Paulo: A+Comunicação, 2007.

OLIVEIRA, D. A. Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Véras. A qualificação profissional como política pública. In: Oliveira, Roberto Véras (org.). Políticas Públicas de Qualificação: Desafios Atuais. São Paulo: A+Comunicação, 2007.

POCHMANN, Márcio. O Trabalho Sob Fogo Cruzado: Exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

SALAMA, Pierre e VALIER, Jacques. Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo. São Paulo: Nobel, 1997.

SAUL, Ana Maria; et ali. Síntese Avaliativa dos Planos Territoriais de Qualificação. In: Oliveira, Roberto Véras (org.). Políticas Públicas de Qualificação: Desafios Atuais. São Paulo: A+Comunicação, 2007.

SAUL, Ana Maria; FREITAS, Cléber; PONTUAL, Pedro de Carvalho. A avaliação do Plano Nacional de Qualificação PNQ – Construindo referenciais. In: Oliveira, Roberto Véras (org.). Políticas Públicas de Qualificação: Desafios Atuais. São Paulo: A+Comunicação, 2007.

UNITRABALHO. Plano Nacional de Qualificação – Avaliação Externa / 2003 a 2006. São Paulo: A+Comunicação, 2007.